

MESTRADO E DOUTORADO EM

DESENVOLVIMENTO LOCAL



Estrutura Curricular

DISCIPLINAS

E EMENTAS

2021 a 2024



PROGRAMA
EM DESENVOLVIMENTO
LOCAL

SUMÁRIO

Estrutura Curricular	3
----------------------------	---

Disciplinas Obrigatórias 5

Educação, Trabalho E Meio Ambiente.....	5
Empreendedorismo E Plano De Negócios	6
Metodologia Da Pesquisa Qualitativa E Quantitativa	7
Teoria Econômica E Desenvolvimento Sustentável	8
Governança Corporativa Ambiental	11

Disciplinas Eletivas Linha 1 13

Bioética E Meio Ambiente	13
Espaço Urbano, Mobilidade E Comunicação	14
Justiça, Sustentabilidade E Meio Ambiente	15
Políticas Públicas De Desenvolvimento	16
Tópicos Em Desenvolvimento Local	17

Disciplinas Eletivas Linha 2 18

Associativismo, Cooperativismo E Geração De Renda	18
Aquicultura Sustentável E Gestão De Recursos Hídricos	20
Estatística Aplicada	22
Propriedade Dos Materiais E Desenvolvimento Sustentável	23
Saúde E Segurança Alimentar	25

Disciplinas Linha 3 26

Contexto Empresarial Brasileiro	26
Economia Criativa E Desenvolvimento Local	27
Gestão Da Inovação Tecnológica	29
Tecnologia Sociais – Abordagens E Aplicação	30





ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - UNISUAM foi elaborada visando à efetivação do perfil do Egresso dos cursos de Mestrado e Doutorado Profissional. Em sua forma completa é composta por Disciplinas Obrigatórias, Disciplinas Eletivas e Atividades Complementares.

Curso de Mestrado

A estrutura curricular do PPGDL para o curso de Mestrado está organizada da seguinte forma: 24 créditos em Disciplinas (12 créditos em Disciplinas Obrigatórias e 12 créditos em Disciplinas Eletivas) e 8 créditos em Atividades Complementares (Seminário de Pesquisa I e II; Seminários de Qualificação e Seminário de Defesa), totalizando 32 créditos.

As Disciplinas Obrigatórias do PPGDL são: Educação, Trabalho e Meio Ambiente; Empreendedorismo e Plano de Negócio; Metodológicos da Pesquisa Qualitativa e Quantitativa e Teoria Econômica e Desenvolvimento Sustentável.

As Disciplinas Eletivas são: Associativismo, Cooperativismo e Geração de Renda; Aquicultura Sustentável e Gestão de Recursos Hídricos; Contexto Empresarial Brasileiro; Espaço Urbano, Mobilidade e Comunicação; Economia Criativa e Desenvolvimento Local; Estatística Aplicada; Gestão da Inovação Tecnológica; Justiça, Sustentabilidade e Meio Ambiente; Políticas Públicas de Desenvolvimento; Propriedades dos Materiais e Desenvolvimento Sustentável; Saúde e Segurança Alimentar e Bioética e Meio Ambiente.

As Atividades Complementares consistem em 4 seminários, a saber: Seminário de Pesquisa I e II; Seminário de Qualificação e Seminário de Defesa, computando-se 2 créditos para cada um.

Curso de Doutorado

A estrutura curricular do PPGDL para o curso de Doutorado está organizada da seguinte forma: 36 créditos em Disciplinas (18 créditos em Disciplinas Obrigatórias e 18 créditos em Disciplinas Eletivas) e 20 créditos em Atividades Complementares (Seminário de Pesquisa I e II, III e IV; Seminários de Qualificação e Seminário de Defesa). Desse modo, para a conclusão do Doutorado, o Discente deverá cursar 56 créditos entre Disciplinas e Atividades Complementares.

As Disciplinas Obrigatórias do PPGDL são: Educação, Trabalho e Meio Ambiente; Empreendedorismo e Plano de Negócio; Metodológicos da Pesquisa Qualitativa e Quantitativa; Teoria Econômica e Desenvolvimento Sustentável; Desigualdades Socioespaciais e Governança Corporativa Ambiental.

As Disciplinas Eletivas são: Associativismo, Cooperativismo e Geração de Renda; Aquicultura Sustentável e Gestão de Recursos Hídricos; Contexto Empresarial Brasileiro; Espaço Urbano, Mobilidade e Comunicação; Economia Criativa e Desenvolvimento Local; Estatística Aplicada; Gestão da Inovação Tecnológica; Justiça, Sustentabilidade e Meio Ambiente; Políticas Públicas de Desenvolvimento; Propriedades dos Materiais e Desenvolvimento Sustentável; Saúde e Segurança Alimentar e Bioética e Meio Ambiente.

As Atividades Complementares são: Seminário de Pesquisa I e II, III e IV; Seminário de Qualificação de Dissertação; Seminário de Defesa de Dissertação, todos de participação obrigatória, computando 2 créditos cada um, e Produção Científica em artigo publicado em periódico classificado em estrato superior pela CAPES (8 créditos).

A tabela a seguir apresentada sistematiza as informações aqui contidas.



DISCIPLINA	LINHA	MP	DP	CH
Educação, Trabalho e Meio Ambiente	Transversal	OBR	OBR	45 h
Empreendedorismo e Plano de Negócios	Transversal	OBR	OBR	45 h
Metodologia da Pesquisa Qualitativa e Quantitativa	Transversal	OBR	OBR	45 h
Teoria Econômica e Desenvolvimento Sustentável	Transversal	OBR	OBR	45 h
Desigualdades Socioespaciais	-	-	OBR	45 h
Governança Corporativa Ambiental	-	-	OBR	45 h
Aquicultura Sustentável e Gestão de Recursos Hídricos	Cadeias Produtivas Sustentáveis	Eletiva	Eletiva	45 h
Associativismo, Cooperativismo e Geração de Renda	Cadeias Produtivas Sustentáveis	Eletiva	Eletiva	45 h
Bioética e Meio Ambiente	Estado, Sociedade e Desenvolvimento Local	Eletiva	Eletiva	45 h
Contexto Empresarial Brasileiro	Gestão da Inovação e Empreendedorismo	Eletiva	Eletiva	45 h
Economia Criativa e Desenvolvimento Local	Gestão da Inovação e Empreendedorismo	Eletiva	Eletiva	45 h
Espaço Urbano, Mobilidade e Comunicação	Estado, Sociedade e Desenvolvimento	Eletiva	Eletiva	45 h
Estatística Aplicada	Cadeias Produtivas Sustentáveis	Eletiva	Eletiva	45 h
Gestão da Inovação Tecnológica	Gestão da Inovação e Empreendedorismo	Eletiva	Eletiva	45 h
Justiça, Sustentabilidade e Meio Ambiente	Estado, Sociedade e Desenvolvimento	Eletiva	Eletiva	45 h
Políticas Públicas de Desenvolvimento	Estado, Sociedade e Desenvolvimento	Eletiva	Eletiva	45 h
Propriedade dos Materiais e Desenvolvimento Sustentável	Cadeias Produtivas Sustentáveis	Eletiva	Eletiva	45 h
Saúde e Segurança Alimentar	Cadeias Produtivas Sustentáveis	Eletiva	Eletiva	45 h
Tecnologia Sociais – Abordagens e Aplicação	Gestão da Inovação e Empreendedorismo	Eletiva	Eletiva	45 h
Tópicos em Desenvolvimento Local	Estado, Sociedade e Desenvolvimento	Eletiva	Eletiva	45 h



DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

EDUCAÇÃO, TRABALHO E MEIO AMBIENTE

NÍVEL: MESTRADO (OBRIGATÓRIA); DOUTORADO (OBRIGATÓRIA)
CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Relação entre educação e trabalho. Produção do saber pelo trabalho. Divisão internacional do trabalho. Desafios educacionais em profissões e ambientes de trabalho emergentes. A educação e os desafios das novas tecnologias para a Formação profissional. A influência do processo de globalização sobre o trabalho. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A teoria sistêmica. Cultura ecológica e racionalidade ambiental.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Debater o conceito de educação e de trabalho, bem como sua evolução histórica;
Estudar a atual divisão internacional do trabalho, a evolução do trabalho no Brasil e o trabalho em face das novas tecnologias;
Entender os desafios atuais das relações entre educação, trabalho e sistemas produtivos;
Compreender o processo de globalização e a crise do trabalho;
O desemprego e as alternativas ao trabalho assalariado;
Discutir e analisar a produção de uma nova cultura do trabalho, as alternativas, as políticas de emprego e inclusão social;
Debater o pensamento sistêmico de Edgar Morin e a racionalidade ambiental de Enrique Leff.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOWBOR, L. O que é Poder Local. Imperatriz, MA: Ética, 2016. 144 p.
FREIRE, P. Educação como Prática de Liberdade. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
LEFF, H. A complexidade Ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez: 2010.
MORIN, E. Introdução ao Pensamento Complexo. Porto Alegre: Sulina, 2011.
_____. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2011.
POCHMANN, M. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. Disponível em <<http://decon.edu.uy/network/panama/pochmann.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
SILVA, D. A.; NELSON, A. V. M.; SILVA, M. A. R. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como Liberdade: A Evolução de um Conceito. Desenvolvimento em Questão, v. 16, n. 42, 2018, p. 42-71. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5827>. Acesso em: 11 jun. 2019.
SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2012.
SOARES, G. H. M.; SOARES, F. M. Educação, trabalho e as novas tecnologias no contexto da reestruturação produtiva: a inserção dos processos tecnológicos na educação escolar. Revista Práxis Pedagógica, v. 1, n. 1, p. 116-131. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/2981/pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBORNOZ, S. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 8a Reimpressão. 2008.
FRIGOTO, G. (org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 10. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.
RODRIGUES, C. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 54a Reimpressão. 2011.
SINGER, P. O Meio Ambiente. In: Ética prática. 3. Ed. 4ª Reimpressão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



EMPREENDEDORISMO E PLANO DE NEGÓCIOS

NÍVEL: MESTRADO (OBRIGATÓRIA); DOUTORADO (OBRIGATÓRIA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Caracterização do perfil do empreendedor; atitudes empreendedoras e processos de autoconhecimento; criatividade; inovação; desenvolvimento da visão e identificação de oportunidades; planejamento estratégico; estudo de mercado; etapas e estrutura de um plano de negócios.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Exercer a gestão de empreendimentos através do conhecimento e aplicação de atitudes empreendedoras e de ferramentas da administração de negócios;
Investigar, entender e internalizar a ação empreendedora;
Conhecer a forma de organização das empresas;
Conhecer a legislação para micro e pequenos empreendimentos;
Aplicar métodos de planejamento estratégico;
Conhecer as modalidades de empreendedorismo;
Estudar as ferramentas de gestão de negócios;
Elaborar planos de negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARON, R. A.; SHANE, S. A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage, 2015.
BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.
BIAGIO, Luiz. Plano de Negócios - Estratégia para Micro e Pequenas Empresas. 3 Ed. São Paulo: Editora Manole, 2017.
DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor. São Paulo: Sextante, 2008, 320 p.
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6 Ed, Rio de Janeiro: Empreende, 2017.
NAKAGAWA, M. Elabore seu Plano de negócios: Teoria geral. São Paulo: Manole, 2018.
SALIM, C. S. Construindo Planos de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANTES, A. M. B. C.; MEDEIROS, L.; OLIVEIRA, R. T. Empreendedorismo e Cooperativismo: uma introdução ao pensamento e a prática do empreendedorismo social. Rio de Janeiro: UNISUAM, 2011.
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 3 Ed. 2012, 281 p.
VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, 220 p.



METODOLOGIA DA PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA

NÍVEL: MESTRADO (OBRIGATÓRIA); DOUTORADO (OBRIGATÓRIA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Senso comum e ciência. O discurso científico. Tema e objeto de investigação. A escolha do referencial teórico. Tipos de Pesquisa. A pesquisa qualitativa. A pesquisa experimental. A pesquisa social. A pesquisa participante. O estudo de caso. Técnica de coleta de dados, de acordo com o tipo de pesquisa. Análise de dados. Discussão de dados. A dissertação e o produto da dissertação. Diferenças. Normas para a produção de trabalhos científicos (ABNT).

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Propiciar ao discente o entendimento acerca da pesquisa científica, seus tipos e técnicas, bem como sua escrita;

Reconhecer as características do discurso científico;

Conhecer os principais tipos e métodos de pesquisa;

Distinguir pesquisa social de pesquisa experimental;

Distinguir análise quantitativa de análise qualitativa;

Planejar a pesquisa, considerando o tipo de análise adequada ao objeto investigado;

Identificar as diferentes técnicas de pesquisa;

Desenvolver habilidades para a utilização dos recursos metodológicos básicos concernentes a sua área de pesquisa;

Escolher a base teórica adequada à pesquisa a ser realizada e desenvolver a escrita do projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANTES, P.; DEUSDARA, B. Grupo focal e prática de pesquisa em AD: metodologia em perspectiva dialógica. Revista Estudos da Linguagem, vol. 25, n. 2, 2017.

BAUER, M. M; GASKELL, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes. 2017.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KAUFMANN, J. C. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013, 202p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VOTRE, S. BERG, R. Orientações para a escrita acadêmica. Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JAPIASSU, H. Filosofia da ciência: uma introdução. Rio de Janeiro: UAPE/SEAF, 2010.

MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2013.

TRIOLA, M. F. Introdução a estatística. Tradução Vera Regina Lima de Farias. Rio de Janeiro: Ltc, 2008.



TEORIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

NÍVEL: MESTRADO (OBRIGATÓRIA); DOUTORADO (OBRIGATÓRIA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Macroeconomia e Microeconomia. Teorias do desenvolvimento. O processo histórico do desenvolvimento econômico em países desenvolvidos e em desenvolvimento. O desenvolvimento econômico brasileiro. O Produto Interno Bruto, PIB, e o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH. Os Blocos Econômicos. Impactos ocasionados pelas mudanças de paradigma inerentes às transformações das sociedades: globalização, Deslocamento de capitais e Estado mínimo. Neoliberalismo. Ética do desenvolvimento econômico e os valores orientadores: mercado e Agências reguladoras, sustentabilidade e autonomia.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Analisar o fenômeno do crescimento e do desenvolvimento de modo a construir uma visão crítica do estágio de nossa sociedade e das alternativas que são propostas;

Distinguir historicamente o processo nos países desenvolvidos e em desenvolvimento e os limites e efeitos do crescimento;

Realizar análises comparativas de teorias e dados econômicos.

Avaliar os impactos ocasionados pelas mudanças de paradigma inerentes às transformações das sociedades.

Analisar as relações entre sustentabilidade e desenvolvimento social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRIEDMAN, M. Livre para Escolher. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. HERMANN, J.; CASTRO, L. B. Economia Brasileira Contemporânea. 3 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GUIMARÃES, L. B.; SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M. Desenvolvimento sustentável. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANKIW, G. Macroeconomia. 8ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. Introdução às teorias do desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR, R. Manual de Economia: Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2015.

TIGRE, P. B. Gestão da inovação: A economia da tecnologia no Brasil. 2ª Edição, Elsevier, 2014..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERGUNSON, N. Civilização. 2 Ed. São Paulo: Ed. Planeta, 2017.

SACHS, I. A terceira margem: Em Busca do Ecodesenvolvimento. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, M. Por uma economia política da cidade. 2 Ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. 22 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.



DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

NÍVEL: DOUTORADO (OBRIGATÓRIA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Colonização, dependência econômica e desigualdades históricas. Globalização, concentração de capital. Desemprego estrutural. Desigualdade e dinâmica econômica capitalista. A cidade e suas divisões espaciais e segregacionais. A pobreza dividindo regiões do Brasil e das cidades e os impactos no meio ambiente. A relação entre escolarização e renda. A concentração da riqueza nas cidades e a ocupação do solo urbano. Políticas sociais de distribuição de renda e de microcrédito. Políticas de urbanização, segurança e de geração de renda e seus impactos na diminuição das desigualdades socioespaciais. As favelas do Rio de Janeiro e suas complexidades. A redução das desigualdades e as metas da agenda 2030 da ONU.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Estudar a relação entre pobreza e subdesenvolvimento histórico brasileiro.

Refletir sobre o aumento da pobreza no Brasil e no mundo e sua relação com o processo de globalização e concentração de capital.

Estudar os conceitos de pobreza, fome e ética do desenvolvimento teorizados por Amartya Sen.

Verificar a relação entre pobreza, educação e desemprego estrutural.

Analisar a relação entre pobreza e tensão urbana e criminalidade.

Indagar acerca da concentração espacial da pobreza e suas relações com as políticas de urbanização das cidades, em especial as do Estado do Rio de Janeiro.

Estudar as políticas públicas de microcrédito existentes no Brasil, bem como as políticas públicas de distribuição de renda e seus impactos na diminuição da pobreza.

Refletir sobre projetos inovadores que contribuíram para diminuição das desigualdades sociais no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINSON, A. B. Desigualdade. O que pode ser feito? Trad. Elisa Câmara. São Paulo: LeYa, 2015.

BOURDIEU, P. A Miséria do Mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FAHEL, M; TELES, L. R. Medindo a pobreza multidimensional do estado de Minas Gerais, Brasil: olhando para além da renda. Revista de Administração Pública da FGV. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n3/pt_1982-3134-1982-03-386.pdf. Acesso em: 27 mai. 2019.

ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

RIBEIRO, M. G. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 198-230. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v18n42/1517-4522-soc-18-42-00198.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. Epistemologias do Sul. Rio de Janeiro: Cortez, 2017.

SEN, A. Pobreza e fome. São Paulo: Editora Terramar, 1998. Disponível em: <https://www.wook.pt/livro/pobreza-e-fomes-amartya-sen/85360>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SILVA, F. A. Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o Programa Bolsa Família como evento. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 1, p. 48-72, abril. 2017.

VALLADARES, L. do P. A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro, RJ. Ed. FGV, 2005.

VERÁS, M. P. B. (org.) Desigualdades urbanas – segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras. São Paulo: Paco Editorial, 2018. Disponível em: <https://epi.envirocenter.yale.edu/epi-topline>.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PERISTA, P.; BAPTISTA, I. A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a ação. Fórum Sociológico. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/165>. Acesso em: 27 mai. 2019.

ZAMBAM, Neuro José; KAMPHORST, Marlon André (Orgs). Estudos sobre Amartya Sen. Justiça, Liberdade e Desenvolvimento. Porto Alegre: Editora FI, 2017.



GOVERNANÇA CORPORATIVA AMBIENTAL

NÍVEL: DOUTORADO (OBRIGATÓRIA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Governança: histórico, conceituações e definições; Princípios básicos e valores éticos da governança corporativa. Stakeholders; Boas práticas de Governança Corporativa; Teoria da Agência. Gestão de risco e controles internos como instrumentos de Governança ambiental; contexto social, cultura organizacional, econômico e contexto humano; Teoria da Dependência de Recursos.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Compreender os fundamentos da governança ambiental e sua relação com os instrumentos de controle de gestão; Fornecer os conhecimentos necessários para a implantação bem sucedida de um sistema de governança corporativa, com a incorporação de metas e indicadores de gestão ambiental; Analisar a implementação de sistemas de governança em empresas e organizações sem fins lucrativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AGRAWAL, A.; COOPER, T. Corporate governance consequences of accounting scandals: Evidence from top management, CFO and auditor turnover. *Quarterly Journal of Finance*, v. 7, n. 01, p. 1650014, 2017.
- ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, Vijay. *Sistemas de controle gerencial*. McGraw Hill Brasil, 12a. ed. 2011.
- BARROS, A. D. M de. *Governança corporativa no setor público: um estudo bibliométrico entre o período de 2000 a 2015*. São Paulo: 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12565>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- BOMBASSARO, R. T. *Governança Corporativa e Direito Ambiental. Sustentabilidade nas Empresas*. Curitiba: Livrarias Curitiba, 2016
- BOURDIEU, P. *Las Estructuras Sociales de la economia*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.
- CONTI, D. de M. et al. *Governança local para sustentabilidade: um estudo comparado entre grandes cidades europeias*. 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20001>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- CRUZ, J. A. W. et al. *Avaliação de desempenho no terceiro setor: uma abordagem teórica de strategic accounts*. *REBRAE*, v. 2, n. 1, 2017.
- DA COSTA, R. F. *Responsabilidade Social E Sustentabilidade: Um Estudo Sobre O Gerenciamento De Projetos No Cerne Da Governança Corporativa*. *Qualis Sumaré-Revista Acadêmica Eletrônica*, v. 11, n. 1, 2016.
- FILGUEIRAS SAUERBRONN, F. *Governança Pública em Saúde Pós-Reforma Gerencial no Brasil: Reconciliando Perspectivas para uma Análise Multinível*. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 9, n. 3, 2017.
- LINCZUK, L. M. W.; DE OLIVEIRA, A. G. *A governança como instrumento para a sustentabilidade da (res) pública: da aplicação no mundo corporativo à Administração Pública*. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 4, n. 48, p. 25-30, 2016.
- NARDES, J. A. R.; ALTOUNIAN, C. S.; VIEIRA, L. A. G. *Governança Pública: o desafio do Brasil*. Editora Fórum, 2014.
- NOSE, E. T. et al. *Comunicação no processo de implantação da governança corporativa em empresas*. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa (ISSN 2447-8024)*, v. 2, n. 1, p. 3-18, 2017.
- SEYLE, C.; KING, M. W. *O que é governança*. In: *Estado do mundo 2014: Como governar em nome da sustentabilidade*. /Worldwatch Institute. Organização: PRUG, T.; RENNER, M. Salvador: UMA Ed., 2014.
- SOARES, S. I. de O. *Mediação de Conflitos Ambientais. Um novo caminho para a governança da água no Brasil*. Curitiba: Editora Juruá, 2015.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, F. Experiências Empresariais em Sustentabilidade. Avanços, dificuldades, motivações de gestores e empresas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus Elservier, 2010.

ANTONIK, L. R. Compliance, responsabilidade social e empresarial. São Paulo: Ata Books, 2016.

BRYSON, J. M. What to do when stakeholders matter: stakeholder identification and analysis techniques. Public management review, v. 6, n. 1, p. 21-53, 2004.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de Serviços-: Operações, Estratégia e Tecnologia da Informação. McGraw Hill Brasil, 2014.

JEURISSEN, R. (Ed.). Ethics & business. Uitgeverij Van Gorcum, 2007.

SIDGWICK, H. História da Ética. São Paulo: Ícone Editora, 2010.



DISCIPLINAS ELETIVAS LINHA 1

ESTADO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

BIOÉTICA E MEIO AMBIENTE

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Ética Global; Relação da Ética com o Meio Ambiente, a Ciência, a Tecnologia e os Processos Econômicos e Sociais; Metodologias Éticas num Contexto Interdisciplinar; Bioética e Saber Tecnológico; Ética, Ecologia e Questões Sanitárias; Macrobioética e Microbioética; Bioética e Conservação Sustentável do Ambiente; Modelos de Discurso Bioético; Evolução Histórica da Bioética; Os Princípios da Autonomia, Beneficência, Não-Maleficência e Justiça; Regulação da Ética em Pesquisa; Lei de Biossegurança; Resolução 466/12; Plataforma Brasil; Eticidade na Pesquisa; Fraude em Pesquisa; Plágio de Dados.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Fornecer subsídios para o entendimento da bioética, com ênfase na relação entre ética global e meio ambiente. Apresentar as relações dos discursos bioéticos com o meio ambiente, a ciência, a tecnologia e os processos econômicos e sociais. Discutir os documentos que norteiam a ética global, com ênfase nas questões ambientais e de desenvolvimento sustentável. Discutir as implicações do conhecimento bioeticista na pesquisa clínica, com ênfase na Resolução 466/12 e na Plataforma Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL - Ministério da Saúde. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, 2012, 12 p. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html>

BRASIL - Ministério da Saúde. CONEP. SISNEP. Manual de Operação. Módulo do Pesquisador. Brasília/DF. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual_ceps.pdf

GARRAFA V, Kottow M, Saada A. Bases conceituais da bioética (1ª Edição). São Paulo: Editora Gaia, 2006. ISBN: 8575550772.

JONSEN AR. Social responsibilities of bioethics. J Urban Health. 2001; 78(1): 21-8.

KIPPER DJ, Marques CC, Feijó A. Ética em pesquisa: reflexões. (1ª Edição). Porto Alegre. Editora PUCRS, 2003. ISBN: 857430-3550

LEE LM. A bridge back to the future: public health ethics, bioethics, and environmental ethics. Am J Bioeth. 2017; 17(9): 5-12.

RESNIK DB, Roman G. Health, justice, and the environment. Bioethics. 2007; 21(4): 230-41.

RICHE C. A brief history of environmental bioethics. Virtual Mentor. 2014; 16(9): 749-52

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BLUSTEIN, J.; Fleischman AR. Urban bioethics: adapting bioethics to the urban context. Acad Med. 2004; 79(12): 1198-202.

COMMITTEE on publication ethics (COPE) website. Disponível em: <https://publicationethics.org/>

JUNGES JR, Selli L. Bioethics and environment: a hermeneutic approach. J Int Bioethique. 2008; 19(1-2): 105-19.

MCDANIEL C, VELEDAR E, LECONTE S, PELTIER S, MACIUBA A. Ethical environment, healthcare work, and patient outcomes. Am J Bioeth. 2006; 6(5): W17-W29.

RESNIK DB. Human health and the environment: in harmony or in conflict? Health Care Anal. 2009; 17(3): 261-76.



ESPAÇO URBANO, MOBILIDADE E COMUNICAÇÃO

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Cidade do Rio de Janeiro: estruturas físicas, sociais, de mobilidade, e comunicacionais. Transporte público e seus variados modais existentes. Estudo de soluções eficientes e sustentáveis para transporte urbano. Política de acessibilidade. Comunicação. Comunicação e cidade. comunicação e cidadania. Redes sociais. Organizações e sociedade para o atendimento da agenda 2030 da ONU para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Discutir a situação atual das cidades brasileiras, com especial atenção para o Rio de Janeiro, buscando perceber as características encontradas neste espaço.

Entender as estruturas físicas, sociais, de mobilidade, e comunicacionais.

Verificar o modo pelo qual a cidade é interligada por meio do transporte, levando em consideração os vários modais existentes, com vistas à proposição de solução para os problemas encontrados.

Traçar metas de transportes urbanos mais eficientes e sustentáveis para a cidade do Rio de Janeiro.

Estudar a política de acessibilidade existente na cidade, sobretudo nos locais de maior acesso da população.

Analisar a estrutura de rede de comunicação existente entre os serviços públicos em geral e a população, visando contribuir com diminuição ou resolução desses.

Analisar o papel do Estado e da sociedade para o alcance dos ODS da ONU.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). A produção do espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2012.

FREITAS, R. F. OLIVEIRA, J.S (Org). Olhares Urbanos: Estudos sobre a metrópole comunicacional. São Paulo: Summus, 2011.

FREITAG, B. Teorias da Cidade. 4 Ed. São Paulo: Papirus, 2012.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. 9 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

IVO, A. B. L. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. Cad. CRH, v. 23, n. 58, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a02.pdf>. Acesso em: 22 de jun. 2018.

ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

PORTUGAL, L. da S. Transporte, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano, 2017.

SANTOS, M. Por uma economia política da cidade. 2 Ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL: Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, número 6.938 de 17/01/1981.

FREDERICO, Arnaldo. Direito Ambiental Esquemático. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GIDDENS, A. The politics of climate change. Cambridge: Polity Press, 2009.

LENZI, C.L. Sociologia Ambiental. Risco e Sustentabilidade na Modernidade. Curitiba: Appris, 2019.

ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

PADUA, J. A. Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

VILELA, Danilo Vieira. Agências reguladoras e efetivação da ordem econômica-constitucional brasileira. São Paulo: Juspodivm, 2018.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability. Desafios para a governança ambiental. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 23, n. 68, 2008, p. 97-107.



JUSTIÇA, SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

A construção social dos problemas ambientais. Sociedade de risco ambiental. O conceito de justiça ambiental. Sociedade e mudanças climáticas. Sociedade e recursos hídricos. Meio ambiente e movimentos sociais. Regulação público-ambiental. Código Florestal. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estações Ecológicas ou Áreas de Proteção Ambiental. ANA e demais agências reguladoras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Conhecer a correlação existente entre sociedade, meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade;
Identificar e aplicar os principais instrumentos jurídicos relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade;
Conhecer como se dá a proteção jurídica do meio ambiente;
Elaborar e executar políticas públicas para o desenvolvimento sustentável;
Refletir a respeito dos desafios da construção da sustentabilidade na realidade brasileira;
Refletir sobre o aspecto ético do desenvolvimento sustentável.
Conhecer os conceitos e objetivos da Agenda 2030 da ONU.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.
BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
BRASIL: Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, número 6.938 de 17/01/1981.
FREDERICO, Arnaldo. Direito Ambiental Esquematizado. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
GIDDENS, A. The politics of climate change. Cambridge: Polity Press, 2009.
LENZI, C.L. Sociologia Ambiental. Risco e Sustentabilidade na Modernidade. Curitiba: Appris, 2019.
ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.
PADUA, J. A. Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.
VILELA, Danilo Vieira. Agências reguladoras e efetivação da ordem econômica-constitucional brasileira. São Paulo: Juspodivm, 2018.
ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability. Desafios para a governança ambiental. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 23, n. 68, 2008, p. 97-107.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
BRASIL: Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, número 6.938 de 17/01/1981.
FREDERICO, Arnaldo. Direito Ambiental Esquematizado. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
GIDDENS, A. The politics of climate change. Cambridge: Polity Press, 2009.
LENZI, C.L. Sociologia Ambiental. Risco e Sustentabilidade na Modernidade. Curitiba: Appris, 2019.
ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.
PADUA, J. A. Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.
VILELA, Danilo Vieira. Agências reguladoras e efetivação da ordem econômica-constitucional brasileira. São Paulo: Juspodivm, 2018.
ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability. Desafios para a governança ambiental. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 23, n. 68, 2008, p. 97-107.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Conceitos de políticas públicas. Noções e história das políticas públicas. Políticas Públicas de Ciência e Tecnologia. Conceito de Estado nos principais paradigmas da ciência política contemporânea. Estado e concepção de políticas públicas. Conceito de público e privado e a consolidação da esfera pública. O processo de formação de políticas: temas, agenda setting; implementação e avaliação: aspectos conceituais e metodológicos. Agentes e instâncias decisórias. Poderes de Agenda. Clientelismo. As políticas públicas de corte social: princípios, mecanismos e sua trajetória e desenvolvimento em níveis nacional e internacional.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Identificar, descrever e compreender o papel que os estados nacionais devem desempenhar na promoção do desenvolvimento;
Aprofundar estudos e análises sobre as políticas públicas de desenvolvimento postas em prática nas últimas décadas;
Aprofundar os estudos sobre a relação público-privado no contexto brasileiro;
Identificar os elementos constitutivos de uma política pública de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (orgs.) Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.
FERREIRA, L. da C. A Questão Ambiental. Sustentabilidade e Políticas Públicas. São Paulo: Boitempo, 2019.
GUIMARÃES, L. B.; SCOTTO, G. C.; MOURA, I. C. Desenvolvimento sustentável. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
PADUA, J. A. Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
RESENDE, G. M. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: IPEA, 2017. v. 3, 411 p.
SOUZA, A. M.; MIRANDA, P. ORGs. Brasil em desenvolvimento 2015: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2015.
SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Presidência da República. Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea/MP/SPI, 2014.
CALANDRO, M.L.; MIEBACH, A. D.; ALVIM, A.M. Inovação, Sustentabilidade e Desenvolvimento no RS. Porto Alegre: FEE, 2017, 195p.
DEL RÍO, A.; MARTON, S. L. Os Desafios das Políticas Públicas no Brasil: Um Olhar Interdisciplinar. São Paulo: CRV, 2016. 246 p.
KERSTENETZKY, C. L. O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
REYMÃO, A. E. N.; KOURY, S. E. C. Orgs. Desenvolvimento, Trabalho e Políticas Públicas. Belém: CESUPA, 2017. 304 p.



TÓPICOS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Noções de desenvolvimento: diferentes abordagens e visões dos processos de desenvolvimento local. As noções de “global/local”. Arranjos Produtivos Locais (APLs) e desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável e o papel dos governos. Organizações e sociedade para o atendimento da agenda 2030 da ONU para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Capacitar os agentes de desenvolvimento para analisar as dimensões de sucesso e insucesso em programas de desenvolvimento local;

Apresentar as diferentes abordagens do processo de desenvolvimento.

Compreender as diferentes visões apresentadas para os processos de desenvolvimento.

Analisar o papel dos Arranjos Produtivos Locais (APL) no desenvolvimento da sociedade;

Analisar o papel do Estado e da sociedade para o alcance dos ODS da ONU.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELLINGIERI, J. C. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: Uma Revisão Bibliográfica. Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 37, 2017, p. 6-34. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678/3228>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Celso Furtado e os dilemas da indústria e inovação no Brasil. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p.188-213, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/93/97>. Acesso em: 20 jun. 2019.

DOWBOR, L. O que é Poder Local. Imperatriz, MA: Ética, 2016. 144 p.

OLIVEIRA, C. W. A. et al. Arranjos produtivos locais e desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 304p.

ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

SACHS, I. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, M. O Espaço do Cidadão. 7a Ed. v. 8. São Paulo: EDUSP, 2014, 176p.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. Políticas para o Desenvolvimento Local. São Paulo. Fund. Perseu Abramo. 2010.

GAVA, R. O Local e o Global no Contexto do Desenvolvimento. Administração Pública e Gestão Social, APGS, v. 2., n. 3, p. 298-316, 2010.

NETO, A. M.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. Orgs. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 475 p.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.



DISCIPLINAS ELETIVAS LINHA 2

CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E GERAÇÃO DE RENDA

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Histórico do cooperativismo. Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Princípios cooperativistas. Legislação cooperativista. O cooperativismo no Brasil e no mundo. A empresa cooperativa: constituição, funcionamento e gestão. Ramos de cooperativas. Tipologia das Cooperativas e Associações. Empreendimentos coletivos. Economia Solidária. Cooperação e autogestão. Organização cooperativa na agricultura familiar. Sistemas participativos de garantia. Cooperativas populares e inclusão social. Plataformas de redes sociais on-line. Estudos de casos e experiências brasileiras e internacionais.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Contextualizar as diferentes formas de organização, abrangendo o estudo dos seus princípios e funcionamento para o desenvolvimento local;

Explicitar os conceitos de associativismo, cooperativismo, economia solidária e redes sociais;

Aprofundar os conceitos relativos à autogestão, associativismo, cooperativismo, economia solidária e redes sociais e os diferentes contextos vinculados; o cooperativismo e a gestão de recursos naturais. Conhecer as principais instituições, atores e políticas envolvidos com cada uma dessas representações no Brasil; Analisar estudos de casos e a legislação de organizações nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Lei 5.764 de 16 dezembro de 1971. Define a Política de Cooperativismo, institui o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas e dá Outras Providências. Diário Oficial da União. Brasília, 19 de dezembro, 1971, Seção I, Parte I.

BRASIL. Lei 12.690 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP. Diário Oficial [da] União. Brasília, 20 de julho de 2012. p. 2.

DA SILVA, Américo Luis Martins. Direito do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Proteção Legal da Flora, das Águas e da Fauna. Unidade de Conservação da Natureza. Agrotóxico. Rio de Janeiro: Createspace Independent Publishing Platform, 2015.

FRANTZ, W. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, 162 p.

FUHRMANN, E. Cooperativismo & Associativismo. A Força Coletiva em Prol do Bem Comum. São Paulo: Clube de Autores, 2018.

LOPES, J. A. V. Cooperativismo contemporâneo: caminho para a sustentabilidade. Brasília: Stilo Gráfica e Editora, 2012.

OLIVEIRA, F. Os Sentidos do Cooperativismo: entre a Autogestão e a Precarização do Trabalho. Editora: LTr, 2014, 96 p.

SINGER, P. Globalização e desemprego. 8ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

SOARES, D. M. Cooperativismo, Associativismo e Estado. São Paulo: Scortecci editora, 2007, 128 p.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, R. N. C. A Economia Solidária Como Política Pública: uma Tendência de Geração de Renda e Ressignificação do Trabalho no Brasil. Editora Cortez, 2007, 320 p.

GOERK, C. Precusores do Cooperativismo e economia popular solidária. Editora: EAE Editorial Academia Espanhola, 2012, 64 p.

MONZONI, M. 2008. Impacto Os Sentidos do Cooperativismo: entre a Autogestão e a Precarização do Trabalho. São Paulo: Editora LTr, 2008.



AQUICULTURA SUSTENTÁVEL E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Conceitos básicos sobre recursos hídricos e aquicultura. Legislação relacionada a recursos hídricos e ambientais. Aspectos conceituais de gestão de recursos hídricos e bacias hidrográficas. Instrumentos de gestão de recursos hídricos: outorga, cobrança pelo uso da água. Uso de águas da união para aquicultura: legislação e procedimentos. Sistemas de produção de organismos aquáticos continentais e marinhos. Cadeia produtiva da aquicultura atores e políticas de pesquisa e desenvolvimento.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Incentivar a pesquisa sobre a gestão dos recursos hídricos e aquicultura;
Conhecer a legislação para gerenciamentos dos recursos hídricos;
Apresentar a aquicultura como promotora de desenvolvimento local;
Conhecer os sistemas de produção da aquicultura continental e marinha;
Apresentar estudos de caso, discutir as ações desenvolvidas, os gargalos e os pontos fortes das cadeias produtivas da ranicultura e da maricultura no estado do Rio de Janeiro;
Capacitar quadros técnicos e científicos que possam participar ativamente dos sistemas de gestão dos recursos hídricos e da aquicultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANA. Agência Nacional de Águas. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: 2013. Brasília: ANA 2013. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil_2013_Final.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

CYRINO J.E. B; SCORVO FILHO, J. D.; SAMPAIO, L. A.; CAVALLI. R. O (org.). Tópicos especiais em biologia aquática. Jaboticabal: Sociedade Brasileira de Biologia aquática, p.129-134, 2008.

FADIGAS, E. A. A.; Reis, L. B. Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável. 2 Ed. São Paulo: Manole, 2012.

OSTRENSKY, A.; JOSÉ ROBERTO BORGHETTI, J. R.; SOTO, D. Aquicultura no Brasil. O desafio é crescer. Editores: OSTRENSKY, A.; JOSÉ ROBERTO BORGHETTI, J. R.; SOTO, D. Brasília, 2008, 276 p. Disponível em: <http://projetopacu.com.br/public/paginas/202-livroaquicultura-no-brasil-o-desafio-e-crescer.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

SEIXAS FILHO, J. T.; PEREIRA, M. M.; MELLO, S, C, R. P (org.). Manual de Ranicultura para o produtor. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 155 p., 2017. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/publicacao/index/2>. Acesso em: 8 out. 2019.

TUNDISI. J. G. Recursos hídricos no Brasil: problemas, desafios e estratégias. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2014, 76 p. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-5923.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei nº 9.433 "Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989." - Data da legislação: 08/01/1997 - Publicação DOU, de 09/01/1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370>. Acesso em: 9 set. 2017.

FIPERJ. Aquicultura continental no Estado do Rio de Janeiro: orientações para regularização. Rio de Janeiro: Fiperj, 2014, 44p. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/publicacao/index/2>. Acesso em: 8 out. 2019.



ESTATÍSTICA APLICADA

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Conceitos fundamentais em estatística: unidade de análise, variáveis aleatórias, fatores e parâmetros; representação de dados numéricos; pareamento; dados perdidos; probabilidade; funções de distribuição paramétricas e não paramétricas; erros tipo I e II. Análise descritiva: transformação de variáveis; tendência central; dispersão; proporções; intervalos de confiança; visualização de variáveis; análise exploratória. Cálculo de tamanho amostral. Interpretação de dados estatísticos: p-valor e tamanho de efeito. Aplicações com dados com a utilização de pacotes estatísticos em computador.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Instrumentalizar os alunos que trabalharão com métodos quantitativos de pesquisa; Apresentar os conceitos fundamentais dos métodos estatísticos; Analisar os testes amostrais com a apresentação dos tipos de erros e tendências; Apresentar as possibilidades de organização e representação de dados numéricos; Estudar os métodos de correlação; regressão e testes de hipótese; Definir o tamanho da amostra em cada tipo de estudo; Realizar exercícios práticos com dados com a utilização de pacotes estatísticos em computador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALTMAN, N.; KRZYWINSKI, M. Points of significance: P values and the search for significance. *Nat Methods*, v. 14, n. 1, p. 3-4, 2016. Disponível em: <https://pennstate.pure.elsevier.com/en/publications/points-of-significance-p-values-and-these-search-for-significance>. Acesso em: 03 ago. 2019.
- BRUCE, A.; BRUCE, P. Estatística Prática Para Cientistas de Dados: 50 Conceitos Essenciais. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2019.
- CASELLA, G.; BERGER, R. Inferência estatística. 1. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- CURRAN-EVERETT, D. Explorations in statistics: standard deviations and standard errors. *AJP Adv Physiol Educ*. v 32, p. 203-208, 2008. Disponível em: <https://www.physiology.org/doi/pdf/10.1152/advan.90123.2008>. Acesso em: 03 ago. 2019.
- KIM, H. Statistical notes for clinical researchers: Type I and type II errors in statistical decision. *Restor Dent Endod*. v. 40, n. 3, 2015, p.249-252. Disponível em: <https://synapse.koreamed.org/Synapse/Data/PDFData/2185RDE/rde-40-249.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.
- LARSON, R.; FARBER, B. Estatística Aplicada. São Paulo: Pearson Universidades, 2015.
- LEVINE, David M. et. al. Estatística - Teoria e Aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- MAGALHÃES, M. N. Probabilidade e Variáveis Aleatórias. 3. Ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. 12. Ed. São Paulo: LTC, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MANLY, B F. J.; ALBERTO, J. A. N. Métodos Estatísticos Multivariados: Uma Introdução. São Paulo: Bookman, 2019.
- WHEELAN, C. Estatística: O que é, para que serve, como funciona. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- VANDEMEULEBROECKE, M.; BAILLIE, M.; CARR, D.; KANITRA, L.; MARGOLSKEE, A.; WRIGHT, A. et al. How can we make better graphs? An initiative to increase the graphical expertise and productivity of quantitative scientists. *Pharm Stat*, v. 18, p. 1-9, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/pst.1912>. Acesso em: 03 ago. 2019.



PROPRIEDADE DOS MATERIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Nova visão da engenharia focada no meio ambiente; Eco-economia dos materiais e capitalismo Natural. 5 R's (Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Recuperar e Reintegrar. Sistema de Gestão Ambiental; Produção + Limpa, Ciclo de Vida do Produto - ACV. Ciclo Industrial (Zero Emissão). Estudos de casos envolvendo a utilização de tecnologias mais limpas para a busca por soluções sustentáveis Gestão de Resíduos e Aplicações. Propriedades mecânicas dos materiais. Sensibilização sobre a questão do desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Discutir novos conceitos focados em engenharia de materiais e desenvolvimento sustentável. Correlacionar as propriedades dos materiais e conceitos teóricos com projetos sustentáveis e de reciclagem de produtos. Correlacionar as microestruturas dos materiais com suas propriedades em face das aplicações industriais. Mostrar a importância do aspecto ambiental desde a concepção do produto até o fim de vida. Adequar os projetos de desenvolvimento local com a utilização de tecnologias adequadas às realidades legais na busca pela sustentabilidade. Desenvolver uma visão crítica sobre as questões ambientais e a aplicação dos conhecimentos adquiridos na vida profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALVES, I. J.; FREITAS, L. S. Análise comparativa das ferramentas de gestão ambiental: produção mais limpa x ecodesign. In: LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G. A. (Org). Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa. Campina Grande: EDUEPB, 2013. p. 193-212.
- CALLISTER Jr., W. D.; RETHWISCH, D. G. Ciência e Engenharia de Materiais – uma introdução. 9. Ed. São Paulo: LTC, 2016, 878p.
- CHEHEBE, J. R. B. Análise de Ciclo de Vida de Produtos – Ferramenta Gerencial da ISO 14000. Rio de Janeiro: Qualitmark Ed. 1998.
- DIAS, R. Sustentabilidade: origem e fundamentos - educação e governança - modelo de desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2015. 248 p.
- FATHEUER, T. Nova Economia da Natureza - Uma introdução crítica. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2014.
- LARA, L. G. A.; OLIVEIRA, S. A. A ideologia do crescimento econômico e o discurso do desenvolvimento sustentável. Cadernos EBAPE. BR. Rio de Janeiro. v. 15 n. 2, p.326-348. 2017.
- LAZARO, L. L. B.; GREMAUD, A. P. Contribuição Para o Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na América Latina. Revista O&S. Salvador, v. 24, n. 80, Jan-Mar, 2017
- MANZINI, E.; VEZZOLI, C. O desenvolvimento de produtos sustentáveis. 3. Ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- MAY, P. Economia do Meio Ambiente. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- RIBEIRO, B. N. M. Engenharia & Meio Ambiente: Inovação, desenvolvimento e tecnologia. ISBN: 978-6202036870. 400p. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- TACHIZAWA, T. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa - Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. 441 p.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROWN, L. R. Eco-Economia: Construindo uma economia para a terra. Salvador: UMA. 2003.

CALLISTER Jr., W. D.; RETHWISCH, D. G. Fundamentos da Ciência e Engenharia de Materiais - Abordagem Integrada. 4. Ed. São Paulo: LTC, 2017, 2307p.

HINZ, R. T. P.; VALENTINA, L. V. D.; FRANCO, A. C. Monitorando o desempenho ambiental das organizações através da Produção mais Limpa ou pela Avaliação do Ciclo de Vida. Revista Produção On Line, Florianópolis, v. 7, n. 3, 2007.

KUMAR, A.; CANTOR, D. E.; GRIMM, C. M.; HOFER, C. Environmental management rivalry and firm performance. Journal of Strategy and Management, v. 10 n. 2, p. 227-247, 2017.



SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Marco Histórico e legal da segurança alimentar no Brasil e no mundo. Soberania alimentar. A gestão pública da segurança alimentar e nutricional. Gestão da Qualidade. Ferramentas da Qualidade. Boas Práticas de Fabricação. Análise de Perigos e Pontos críticos de controle. Rastreabilidade. Métodos físico-químicos utilizados na análise da composição química e no controle de qualidade de alimentos. Qualidade microbiológica dos alimentos e doenças veiculadas por alimentos. Adulteração e fraude nos alimentos. Avaliação da qualidade sensorial dos alimentos. Legislação de alimentos no Brasil e no mundo.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Compreender a importância da ciência dos alimentos e da segurança alimentar; Identificar as técnicas e os métodos utilizados nas análises físico-químicas e sensoriais de alimentos; Conhecer as principais análises realizadas para verificação da integridade dos alimentos; Identificar as principais características dos alimentos de origem animal e vegetal, relativas às suas composições, propriedades e conservação; conhecer as doenças veiculadas pelos alimentos; Reconhecer os aditivos de uso permitido em alimentos e suas respectivas utilidades; Conhecer a legislação de alimentos; Conhecer, aplicar e interpretar métodos de análise sensorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: Paulo: Manole, 2019. 986 p.
GIORDANO, J. C.; GALHARDI, M. G. Análise de perigos e pontos críticos de controle: APPCC. 2. ed. Campinas: SBCTA, 2007.
GOMES, J. C.; OLIVEIRA, G. F. Análise físico-químicas de alimentos. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, 303 p.
JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. 6 Ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005, 711 p.
MINIM, V. P. R. Análise Sensorial: estudos com consumidores. 2 Ed. UFV: Viçosa, MG, 2015. 308 p.
MORETTO, E.; FETT, R.; GONZAGA, L. U.; KRUSKOSKI, E. M. Introdução a Ciência dos Alimentos. 2 Ed. Florianópolis, SC: Ed da UFSC, 2008. 255p.
PICÓ, Yolanda. Análise Química de Alimentos. São Paulo: Elsevier, 2014.
TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 10 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRUZ, Adriano. Química, Bioquímica, Análise Sensorial e Nutrição. São Paulo: Elsevier, 2016.
FAO, WFP and IFAD. 2012. The State of Food Insecurity in the World 2012. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Rome, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi/en/>. Acesso em: 10 set. 2017.
BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional Lei nº 11.369, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/consea/static/eventos>. Acesso em: 9 set. 2017.
URGEL, A. L. Matérias-primas dos alimentos. São Paulo: Blucher, 2010. 402p.
SILVA JUNIOR, E. A. Fundamentos de toxicologia. 3 Ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 677.



DISCIPLINAS LINHA 3

GESTÃO DA INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

CONTEXTO EMPRESARIAL BRASILEIRO

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Compreensão das estruturas empresariais no Brasil. Identificação dos modelos de empresas mais adequados para cada tipo de negócio. Procedimentos para a criação e a extinção de empresas. Estudo das Leis de Incentivos Fiscais (tecnológica, cultural, esportiva e outras). Regime tributário relacionado às micro, pequenas e grandes empresas. Estudos dos principais tributos. Os crimes contra a ordem tributária e a ordem econômica.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Distinguir as diversas espécies de estrutura empresarial no Brasil; Entender os modelos societários previstos na legislação brasileira; Conhecer os mecanismos burocráticos para a criação e extinção de empresas; Estudar os benefícios fiscais relacionados às micro e pequenas empresas; Conhecer o sistema tributário simples e entender a sua aplicação; Identificar os tipos penais mais comuns praticados no âmbito empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, L. S. Direito Tributário Brasileiro. 22. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 544p.

BORBA, J. E. T. Direito Societário. 16 Ed. São Paulo: Editora Gen-Atlas, 2018. 608p.

CAMPINHO, S. Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa. 15 Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 360p.

MARCÃO, R. Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 488p.

RUSSO, F.; OLIVEIRA, N. Manual Prático de Constituição de Empresas. 11 Ed. São Paulo: Atlas, 2004. 430p.

SANTOS, E. O. dos. Administração Financeira da Pequena e Média Empresa. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 280p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE FILHO, E. O. Direito Penal Tributário: Crimes Contra a Ordem Tributária e Contra a Previdência Social. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2015. 192p.

COELHO, F. U. Manual de Direito Comercial Direito de Empresa. 28 Ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais. 2016. 383p.

FABRETTI, L. C. Código Tributário Nacional Comentado. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 2008. 320p.



ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Conceituação e perspectivas teóricas de Economia Criativa, Capital cultural e Cidades Criativas como matrizes do processo de desenvolvimento, fundados na produção e no consumo de bens culturais, em seus usos e valores na sociedade do conhecimento. O Estado da Arte da Economia Criativa no Brasil e no Mundo. Elementos da Criatividade. A apropriação Intelectual na Produção da Economia Criativa. Inovação Criativa. Economia da Experiência, do Conhecimento e da Cultura como fatores de agregação na formação da Economia Criativa como ferramenta para o desenvolvimento local. Princípios da Administração da Criatividade. Críticas, Debates e Vieses da economia criativa frente ao desenvolvimento local. Economia criativa e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Entender os conceitos teórico e estado da arte da economia criativa, capital cultural e cidades criativas; Estudar os elementos que compõem a economia criativa; Analisar o processo de apropriação intelectual decorrentes da economia criativa; Descrever as formas de economia criativa a partir da experiência, conhecimento e cultura; Analisar a economia criativa como ferramenta de fomento ao desenvolvimento local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BRASIL. Metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília: Minc, 2012. 216p. Disponível em: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/colegiadosssetoriais/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- FIRJAN. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Rio de Janeiro, fev. 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- FLORIDA, R. A ascensão da classe criativa: e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.
- HARTLEY J.; WEN W.; L.I., HENRY. Creative Economy and Culture: Challenges, Changes and Futures for the Creative Industries. 2015. Sage Publications, Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington, DC. Disponível em: <http://sk.sagepub.com/Books/creative-economyand-culture>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- HOWKINS, J. The creative economy – How people make money from ideas. London: Penguin Books, 2013.
- LANDRY, C. Origens e futuros da cidade criativa. São Paulo, SP: SESI-SP, 2013.
- OLIVEIRA, J. M. de; ARAUJO, B.C. de; SILVA, L.V. Panorama da economia criativa no Brasil. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.
- REIS, A. C. F. Cidades criativas: da teoria à prática. São Paulo, SP: SESI, 2012.
- VALIATI, L.; FIALHO, A. L. do N. (orgs). Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia I. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. 210 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/obec/pubs/CEGOV%20-%202017%20-%20Atlas%20volume%201%20digital.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- VALIATI, L.; MOLLER, G. (ORG). Economia criativa, cultura e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. 305 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/obec/pubs/CEGOV2016EditorialGTEconomiaCriativadigital.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- VIVANT, E. O que é uma cidade criativa? São Paulo, SP: SENAC, 2012.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.

JATOBÁ, P. H. Desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem e gestão colaborativa: casos de cultura solidária na economia criativa. Dissertação. Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014. 296 f.

LEITE, R. P. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

SANTOS, R. Indústrias culturais: imagens, valores e consumos. Portugal: 70, 2007.

YÁZIGI, E. Reencantamento da cidade: miudezas geográficas e devaneio. São Paulo, SP: Scortecci, 2013.



GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Apresentar os conceitos básicos relativos à gestão da inovação tecnológica, como Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento. Evolução da inovação e seus fundamentos tecnológicos. Modelos de inovação tecnológica e formas de proteção. A tecnologia como fonte de competitividade. Incentivos governamentais à inovação tecnológica. Transferência de Tecnologia. Universidade e sociedade. A Universidade Empreendedora. Os Escritórios de Transferência de Tecnologia. As Incubadoras de Empresas.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Analisar o papel da pesquisa nos processos de desenvolvimento da ciência e da tecnologia; Estimular uma visão integrada sobre os conceitos de inovação tecnológica e a importância da proteção; Abordar as diferentes estratégias e incentivos governamentais voltados para a área de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento; Debater sobre a Universidade Empreendedora, a produção e transferência de tecnologia; Apresentar a importância dos escritórios de transferência de tecnologia, das incubadoras de empresas para o desenvolvimento do país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; LASTRES, H. M. M. Dilemas e perspectivas da política de inovação. In: BARBOSA, N.; MARCONI, N.; PINHEIRO, M.; CARVALHO, L. Indústria e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Ed. da FGV, 2015.

HOWE, J. Disrupção e Inovação. São Paulo: Ed. Alta Books, 2017.

MARCIAL, E. C. Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Brasília: IPEA, 2015. 175p.

NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (ORGs). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: IPEA: FINEP: CNPq, 2016.

PROENÇA, A. Org. Gestão da inovação e competitividade no Brasil: da teoria para a prática [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Bookman, 2015.

RUSSO, S. L.; SANTOS, A. V.; ZAN, F. R.; PRIESNITZ, M. C. Orgs. Propriedade intelectual, tecnologias e inovação. Aracaju: Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual, 2018. 400p.

RUSSO, S. L.; SILVA, G. F.; NUNES, M. A. S. N. Capacitação em inovação tecnológica para empresários. São Cristóvão: Editora UFS, 2015. 288 p.

WAENGERTNER, P. A Estratégia da Inovação Radical. São Paulo: Ed Gente, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHESBROUGH, H. Inovação Aberta: como criar e lucrar com a tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2012.

CHESBROUGH, H. Modelos de negócios abertos: como prosperar no novo cenário de inovação. Porto Alegre: Bookman, 2012.

DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor prática e princípios. 10 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LEZANA, A. G. R. et al. Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade: Origem, Evolução e Tendências. Florianópolis: UFSC, 2017, 392 p.

PROENÇA A. et al. Gestão da Inovação e Competitividade no Brasil: Da Teoria para a Prática. 1 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.



TECNOLOGIA SOCIAIS – ABORDAGENS E APLICAÇÃO

NÍVEL: MESTRADO (ELETIVA); DOUTORADO (ELETIVA)

CRÉDITOS: 03

EMENTA:

Estudo das diferentes metodologias, técnicas ou produtos com potencial efetivo de reaplicação e transformação social, por meio da inclusão produtiva, do desenvolvimento e da produção de bens e serviços. As tecnologias a serem estudadas e desenvolvidas devem resultar na promoção da sustentabilidade social, medida por meio de indicadores associados à geração de trabalho, emprego e renda, estímulo ao associativismo, preservação de valores culturais locais e melhoria das condições de vida da sociedade.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Compreender as tecnologias sociais como uma estratégia oportuna e eficaz de estímulo ao desenvolvimento e a sustentabilidade social; Aliar os saberes populares, conhecimentos técnicos e científicos, organizações sociais e a participação da sociedade; Estudar a aplicação de tecnologias facilmente apropriáveis e reaplicáveis para o desenvolvimento local; Manejar tecnologias que possam acarretar com maior intensidade, processos de inclusão social; Utilizar as tecnologias sociais, na busca da inovação social, estruturada em modelos flexíveis adaptáveis para que uma ação inovadora não fique restrita à localidade em que foi desenvolvida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDREOLLI, F. C. Aplicação de Tecnologia social em Projetos de Extensão em Saneamento. Revista Cultura e Extensão da USP, n. 15, p.41-49, set. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/123102/119476>.

Acesso em: 12 jun. 2019.

COSTA, A. B. Org. Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 284 p.

DAGNINO, R. Org. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2 Ed. Campinas: Komedi, 2010.

DUQUE, T. O.; VALADÃO, J. A. D. Abordagens Teóricas de Tecnologia Social no Brasil. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v.11, n. 5, p. 1-19, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4417/441753779002.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

GARCIA, S. G. A tecnologia social como alternativa para a reorientação da economia. Estudos Avançados, v. 28, n. 82, p. 251-275. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/15.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SEBRAE. Tecnologias Sociais: como os Negócios podem Transformar Comunidades / Cuiabá, MT: Sebrae, 2017.

TAURION, C. Tecnologias emergentes. São Paulo: Editora Évora, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOWBOR, L. O que é Poder Local. Imperatriz, MA: Ética, 2016. 144 p.

EMBRAPA. Tecnologia social para agricultura urbana. DVD. ISBN: 1809-4597. 2010.; ITCP-UFRJ.

SANTOS, L. G. Politizar as novas tecnologias sociais – O impacto. São Paulo: Editora 34, 2011.

SERAFIM, M. V.; JESUS, V. M. B.; FARIA, J. Tecnologia Social, agroecologia e agricultura familiar: análises sobre um processo sociotécnico. 2013.